

## **Acessibilidade e Cidadania: Barreiras Arquitetônicas e Exclusão Social dos Portadores de Deficiências Físicas**

Área Temática de Direitos Humanos

### Resumo

Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, 23,06% da população brasileira era composta por pessoas idosas ou portadoras de algum tipo de deficiência física. Essa significativa parcela da população encontra-se impedida de exercer plenamente sua cidadania, na medida em que encontra sérias dificuldades para se locomover no ambiente construído, tanto dos edifícios como do espaço urbano. Esse trabalho tem como objetivo realizar diagnóstico da situação atual do Campus A C Simões da UFAL bem como elaborar propostas para adequações arquitetônicas dos diversos edifícios do mesmo. Foram realizadas entrevistas com os usuários do Campus portadores de diversos tipos de deficiência a fim de identificar as principais barreiras arquitetônicas existentes. A seguir, foi realizado um exaustivo levantamento arquitetônico das vias de acesso e dos edifícios existentes no Campus, assinalando-se as principais barreiras encontradas. No momento, o trabalho encontra-se em fase de elaboração das propostas arquitetônicas. O resultado não deve se constituir em experiência restrita ao problema de acessibilidade no âmbito da UFAL. Pretende-se que o mesmo se constitua em um exemplo que a Universidade deve proporcionar à sociedade como um todo, na qualidade de instituição formadora de opinião cujas ações apresentam forte efeito multiplicador dentro do ambiente social onde se insere.

### Autores

Leonardo Salazar Bittencout - Arquiteto/PHD/UFAL  
Andreia Lopes Muniz Corrêa - Bolsista PET/Arq/UFAL  
Juliana Duarte de Melo - Bolsista PET/Arq/UFAL  
Miguel Correia de Moraes - Bolsista PET/Arq/UFAL  
Raquel Faião Rodrigues - Bolsista PET/Arq/UFAL.

### Instituição

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Palavras-chave: acessibilidade; arquitetura e urbanismo; inclusão social

### Introdução e objetivo

Segundo a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 1994), promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada desconsiderando vários dos diversos tipos humanos que habitam estes ambientes construídos.

A dificuldade de acesso, ao contrário do que muitos imaginam, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual.

Os portadores de deficiência física são chamados, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de ambulatoriais, podendo ser classificados como parciais ou totais. Os parciais são aqueles que se movimentam com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos ortopédicos e próteses. Dentre esses, se encontra os hemiplégicos, amputados, pessoas com insuficiência cardíaca ou respiratória, aquelas que levam cargas pesadas ou volumosas, os que levam criança pequena nos braços, engessados ou com vendas, convalescentes de doenças ou intervenções cirúrgicas, anciões e pessoas afetadas por doenças ou malformações que os impeçam de caminhar normalmente.

Os portadores ambulatoriais totais são aqueles que utilizam, temporariamente ou não, cadeiras de rodas e incluem paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, amputados, e pessoas afetadas fortemente por doenças e malformações que as impossibilitam de andar.

Existem ainda os deficientes sensoriais, onde se enquadram os deficientes visuais e auditivos. Todos possuem necessidades específicas que, quando não supridas, limitam a execução de suas atividades, seus fluxos de convívio e sua qualidade de vida.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2000 o Brasil possuía 8,56% da população composta de idosos, a perspectiva de vida era de 65 anos, e 14,5% da população era composta de portadores de deficiência permanente. Somando essas duas parcelas, chega-se à conclusão que aproximadamente 23% da população brasileira encontra-se neste grupo de pessoas com sérias dificuldades de locomoção. Sem contar as pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência sensorial, deficiência física temporária, os obesos e pessoas de estatura fora da média.

Estes dados vêm demonstrar o impacto social decorrente de iniciativas que visem à promoção da acessibilidade ao espaço habitado no território brasileiro. Como resultado desse alcance social e da consolidação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, surge primeiramente a Lei nº 7853/89, regulamentada pelo Decreto 3298/99, que estabeleceu os preceitos fundamentais e os princípios de igualdade e não discriminação entre os cidadãos brasileiros. Mais recentemente, surgiu a Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento e outras providências às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Posteriormente, a Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade. Estas normas são:

- NBR 9050:1994 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos.

- NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

- NBR 14020:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso.

- NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem metropolitano.

- NBR 14022:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.

- NBR 14273:1999 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no transporte aéreo comercial.

Apesar da legislação existente e do conjunto de normas disponíveis, observa-se que a maioria dos Estados brasileiros não atende às necessidades da acessibilidade de maneira eficaz. O Estado de Alagoas pertence a esta maioria. Poucas são as edificações acessíveis existentes.

Ainda que muito necessite ser feito para que pessoas com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados pela sociedade brasileira, são visíveis, nos dias atuais, o aumento da participação social dos mesmos. Nomeadamente no Estado de Alagoas, um número cada vez maior de pessoas com deficiência está na escola e realizando com êxito seus estudos, apesar dos dados recolhidos pelo Censo 2000 apontarem que entre aqueles que apresentam deficiências severas, 25% ainda está excluído do processo de escolarização. Tal fato está gerando uma situação nova: o número crescente de candidatos com algum tipo de deficiência concorrendo às vagas oferecidas pela Universidade Federal de Alagoas. No processo seletivo, realizado no ano de 2002, foram, pelo menos, 15 surdos e 1 cego inscritos. Esses, infelizmente, não tiveram os seus direitos assegurados e necessitaram recorrer ao Ministério Público para que tal ocorresse. Os entraves enfrentados por estes candidatos estavam situados, em primeiro lugar, no desconhecimento em relação à sua individualidade, que por sua vez acabou por criar vários obstáculos para que eles pudessem concorrer em situação de igualdade com os demais candidatos. Quase sempre a plena acessibilidade esteve comprometida. Ou seja, entraves ou obstáculos limitaram ou impediram o acesso à informação ou aos espaços onde a mesma se encontrava. Em se tratando dos surdos, a Linguagem Brasileira de Sinais- LIBRAS- não foi reconhecida como sendo a sua primeira língua e o uso do intérprete foi vetado.

Assim, para tais situações não se repitam, urge que a Universidade esteja preparada para incluir alunos surdos, cegos, ou com outro tipo de deficiência, buscando, como Guimarães (2002) aponta, a transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial do espaço arquitetônico e urbano.

Nesse contexto, esse projeto de extensão, ora em andamento, tem como objetivo realizar um diagnóstico sobre a situação do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e propor soluções para resolver os problemas encontrados no referido Campus, tanto nos acessos externos (ruas, calçadas e estacionamentos) quanto no âmbito das edificações.

Pretende assim, contribuir para viabilizar o direito constitucional de acessibilidade aos usuários do Campus e contribuir para a inclusão social de uma parcela significativamente grande da população brasileira. Acredita-se que a UFAL, na qualidade de instituição de ensino superior, deve ser um agente inclusivo da sociedade e considerá-la sem discriminação ou segregação de qualquer natureza. E, mais importante, objetiva proporcionar um importante efeito multiplicador desse tipo de ação, tanto no âmbito das instituições públicas, como no seio da comunidade alagoana em geral. Para fomentar esse efeito multiplicador, foi previsto um curso de capacitação com o objetivo de oferecer treinamento e atualização, na área de acessibilidade, para profissionais e professores de instituições de ensino superior em Alagoas. O curso tem por finalidade incluir, no ensino de graduação dos cursos ligados à construção civil, a preocupação com os aspectos relacionados à acessibilidade.

## Metodologia

O trabalho está dividido em dois tipos de ação. O primeiro tipo, consiste na elaboração de propostas arquitetônicas para intervenção no Campus A. C. Simões.

O segundo é constituído por treinamento técnico, tendo como público alvo profissionais e professores envolvidos no ensino de projetos arquitetônicos nos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Estado de Alagoas.

As ações previstas, com as respectivas metodologias, estão abaixo discriminadas.

## Intervenção no Campus A. C. Simões

A primeira parte dessa ação consistiu na elaboração de um diagnóstico da situação atual. Foi realizado através de entrevistas com usuários portadores de deficiências físicas, registro fotográfico das barreiras encontradas e levantamentos arquitetônicos e técnicos, apoiados na literatura existente sobre o assunto.

A fim de promover a capacitação preliminar dos envolvidos no projeto, foi realizada revisão bibliográfica da legislação em vigor, particularmente as Leis Federais nº 7853/89, regulamentadas pelo Decreto 3298/99, a nº 10.048/00 e a nº 10.098/00, bem como a Portaria Ministerial do MEC nº 1679/99. Foram ainda consultadas as normas técnicas que fixam os padrões de medidas para tornar uma edificação acessível. Visando ampliar essa capacitação técnica dessa equipe envolvida, os membros do projeto participaram também de cursos e eventos específicos sobre o tema, realizados em Recife-PE.

A segunda etapa consistiu na realização do levantamento arquitetônico atual, tanto dos prédios da Universidade Federal de Alagoas, como dos equipamentos urbanos que estão situados no Campus A. C. Simões. Esse levantamento serve de base para a identificação da real situação das condições de acessibilidade na instituição e do que seria necessário para adaptá-la às condições adequadas, considerando os custos dessas intervenções.

A terceira etapa, ora em andamento, se constitui na elaboração de propostas arquitetônicas para tornar acessíveis os prédios existentes e suas vias de acesso com seus mobiliários urbanos.

Essas etapas estão sendo desenvolvidas por doze bolsistas do grupo PET Arquitetura, coordenados pelo Prof. Leonardo Bittencourt.

Capacitação de profissionais e professores de projeto arquitetônico nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Alagoas

Um fato, freqüentemente constatado pelos arquitetos, consiste na dificuldade de adaptar um ambiente já construído a fim de torná-lo acessível aos portadores de deficiência. Caso a intenção de se produzir espaços adequados estivesse presente desde o início da concepção arquitetônica, e fosse aplicada nas etapas iniciais da concepção do projeto, esses problemas seriam mais facilmente resolvidos, tanto no que se refere à arquitetura quanto ao fator financeiro, que se apresenta como um dos principais impasses nas universidades públicas. A partir deste fato realizou-se uma pesquisa para constatar como o assunto acessibilidade no espaço construído vem sendo abordado nos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil no estado de Alagoas. Com a pesquisa verificou-se que cerca de 70% dos professores de projeto arquitetônico e urbanístico desconhecem a Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, bem como as normas da ABNT para acessibilidade.

Isso ressalta a necessidade de realização do curso “Acessibilidade nos Espaços Habitados”, destinado a professores envolvidos no ensino das disciplinas relacionadas ao projeto arquitetônico e ao desenho urbano, a fim de que os conteúdos relativos à acessibilidade no espaço habitado sejam devidamente considerados nessas disciplinas.

A partir desse treinamento, pretendeu-se que os assuntos ministrados passassem a ser incluídos como parte das matérias dos cursos de graduação dos profissionais responsáveis pela construção do espaço habitado, com reflexos positivos no ensino e pesquisas relacionadas ao tema.

## Resultados e discussão

As entrevistas feitas forneceram informações detalhadas sobre as necessidades de portadores dos diversos tipos de deficiência, permanente ou temporária, além de uma visão crítica de alguns pontos das normas técnicas existentes, que talvez necessitem ser revistos.

As visitas preliminares realizadas nos edifícios do Campus A.C. Simões da UFAL, constataram a falta de adequação da totalidade dos edifícios e do mobiliário urbano do Campus às normas de acessibilidade vigentes.

Observou-se que as calçadas do Campus A.C. Simões não são contínuas e estão degradadas pela ação do tempo e a presença de vegetação, dificultando bastante a locomoção entre os diversos prédios. Os equipamentos urbanos tais como telefones públicos, grelhas, postes de iluminação e energia, não atendem às especificações previstas nas normas da ABNT sobre acessibilidade. A construção aleatória de rampas não se tem mostrado uma medida válida, pois aproximadamente 80% dos casos analisados não obedecem às regras estabelecidas pela NBR 9050 relativa à construção de rampas.

O acesso aos blocos é outro grande entrave. Cerca de 60% dos blocos não possuem calçadas nem rampas de acesso e mesmo os que possuem encontram-se em estado de degradação. Detectou-se ainda a ausência de sinalização indicativa da localização como, por exemplo, a utilização de piso tátil. Todos os blocos com dois pavimentos não possibilitam o acesso dos cadeirantes ao pavimento superior, embora estejam localizadas, nesse pavimento, salas de aula e laboratórios de acesso obrigatório a todos os estudantes de graduação e pós-graduação. As escadas e poucas rampas existentes não possuem corrimãos adequados às normas vigentes, dificultando os acessos dos usuários com mobilidades reduzidas. Aproximadamente 70% das portas encontram-se com medidas inferiores às estabelecidas em norma, dificultando a passagem dos deficientes, principalmente quando se trata de cadeirantes. Outro problema grave são os banheiros, dos quais aproximadamente 65% não possuem equipamentos e distribuição adequada destes, para manobras e aproximação dos deficientes já citados.

O auditório principal da Universidade, localizado na Reitoria do Campus A. C. Simões possui sérios problemas de acessibilidade: não possuem assentos e corredores adequados e espaços para cadeira de rodas. Apenas o auditório da Biblioteca Central possui acesso adequado. No entanto, o acesso ao palco para palestrante portador de deficiência não está previsto.

Os resultados encontrados e a deficiência na formação dos professores e profissionais da área em questão reforçaram a necessidade da realização do curso de capacitação “Acessibilidade nos Espaços Habitados”. O curso foi realizado nos dias 18 e 19 de dezembro de 2003, tendo duração de 20 horas. Essa ação foi desenvolvida em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas – CREA-AL, que manifestou seu interesse de continuar atuando nesse sentido. O curso teve como palestrantes: Adriana Romeiro de Almeida Prado – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM-SP; Ângela Carneiro Cunha – CREA-PE, Ângela Rúbia Ferreira – Departamento de Planejamento e Projetos de Trânsito de Recife– CTTU; Elcio Eustáqui Rizzi – Coordenador Nacional do Programa de Acessibilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Maria Elizabeth Lopes – Universidade de São Paulo-SP; Raquel Faião Rodrigues – bolsista do PET Arquitetura da UFAL.

Além do curso propriamente dito, foi disponibilizado material didático aos participantes do curso para utilização em suas atividades profissionais ou em cursos ministrados. Cópias desse material foram distribuídas para as bibliotecas do CREA – AL, UFAL, Centro de Estudo Superior de Maceió – CESMAC, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – DEHA e Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas – ADEFAL.

Segue abaixo o conteúdo do curso realizado:

Conceitos de acessibilidade e definição de rotas acessíveis.

Desenho universal.

Vivência dos problemas mais frequentes.

Leis sobre Acessibilidade: Federais, Estaduais e Municipais (Instrumentos para a utilização das Normas Brasileiras).

Normas Brasileiras (NBR 9050 e outras sobre acessibilidade em edificações, Transportes e Comunicação).

Materiais e equipamentos disponíveis no mercado (disponibilizando os catálogos, mostruários e contatos).

Exemplos de soluções integradas, aplicada em edificações existentes.

O curso despertou grande interesse nos técnicos de órgãos públicos e privados que trabalham com legislação, construções e intervenções urbanas, a exemplo do CREA, SERVEAL, IAB, prefeituras municipais e construtoras. O curso foi estendido a discentes das escolas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil de Alagoas, constituindo um total de 102 participantes.

Apesar da grande participação, o número de professores e profissionais capacitados pelo curso ainda foi reduzido, tendo em vista o quadro crítico em que se apresentam os espaços construídos no Estado. Os estudantes surpreenderam no número de inscrições e no grau de envolvimento durante o curso. Isso sugere que a preocupação com o tema proposto vem crescendo e que as futuras gerações de profissionais e professores da área tendem a estar mais aptos a construir uma cidade mais acessível.

Etapas Concluídas:

Preparação de material didático para o curso destinado a profissionais e professores de projeto arquitetônico.

Realização de curso para profissionais e professores de projeto arquitetônico.

Levantamento arquitetônico do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas.

Elaboração e sistematização do diagnóstico do Campus A C Simões.

Etapas a Concluir:

Elaboração de propostas arquitetônicas para proporcionar acessibilidade nos prédios estudados, assim como nos espaços externos.

Elaboração de relatório final e prestação de contas.

## Conclusões

Observa-se que há um grande interesse por parte da comunidade acadêmica na elaboração e realização deste projeto. Através desta reação percebe-se que a preocupação com as necessidades humanas não tem se restringido aos que são limitados pelas barreiras físicas. Essa atitude apresenta um sentido bastante promissor, uma vez que uma parte significativa das dificuldades para elaborar propostas de mudanças no espaço coletivo é maior quando a sociedade que ocupa esse espaço não está consciente da importância de torná-lo acessível a todos cidadãos.

Durante o desenvolvimento desse projeto de extensão, pretendeu-se enfatizar que as questões ligadas à acessibilidade se constituem em respostas sociais e humanas capazes de ultrapassar normas e números. Os espaços e os usuários fazem parte de uma prioridade que o arquiteto precisa relacionar de forma sensata, justa e plural.

Espera-se estar tratando e divulgando a acessibilidade ao ambiente construído como um importante meio de inclusão social, o qual temos o dever de construir e preservar, oferecendo desta forma condições de inclusão social mais adequadas àqueles a quem o espaço estabelece restrições, o que significa mais respeito social para 23% da população brasileira.

## Referências bibliográficas

ABNT. NBR 9050:1994. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 56 p., 2001.

ABNT. NBR 13994:2000. Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 15 p. 2001.

GUIMARÃES, M. P. A eliminação de barreiras possibilita aos portadores de deficiência agirem na sociedade. São Paulo: CVI-BH., 2002.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade. Brasília, Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2000.

MEC. Portaria Ministerial n° 1679 de 2 de dezembro de 1999. Brasília, Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 1999.